

Começa a construção do Estado

“A economia brasileira em 1944 era altamente regulada. Inúmeras autarquias normatizavam a ação dos agentes econômicos nos mais diversos setores: café, açúcar e álcool, cacau, pinho, mate, sal e resseguros, para citar apenas alguns. A maré regulatória afetou também a legislação trabalhista e previdenciária, introduzindo, juntamente com uma legislação social relativamente avançada, uma indesejável inflexibilidade nas relações trabalhistas, como por exemplo a estabilidade no emprego aos 10 anos de serviço.

“O aumento da esfera de atuação do Estado decorreu, ao menos parcialmente, de desenvolvimentos na economia mundial decorrentes da grande depressão: por exemplo, a persistente interferência do Estado no mercado cambial, em franco contraste com o período anterior a 1930. (...) Não se deve exagerar, entretanto, a hostilidade do governo à ação da iniciativa privada, e nem mesmo o compromisso de Vargas com uma estratégia que privilegiasse a ação do Estado na produção de insumos.

“É patente a distância entre a ferocidade regulatória, especialmente xenófoba, dos textos do Código de Águas e do Código de Minas, de 1934, bem como da Constituição outorgada de 1937, e a sua aplicação flexível, que acabou por evitar a nacionalização de bancos, seguros, indústrias essenciais e empresas de mineração (...).”

A esquizofrenia

“A estratégia econômica de Vargas em seu segundo governo (1950/54) foi resumida como sendo Campos Salles seguido de Rodrigues Alves, is-

to é, saneamento financeiro seguido de um grande programa de obras de reaparelhamento. A estabilização teve assim, ao contrário do que reza o folclore, papel crucial no programa de governo de Vargas. No início, o segundo governo Vargas estava explicitamente comprometido com um programa antiinflacionário, embora, também desde o início, a composição da sua base Política conspirasse contra o sucesso desse esforço.

“A composição do primeiro ministério indicava a ênfase na ortodoxia, ao incluir Horácio Lafer, banqueiro paulista, no Ministério da Fazenda, e figuras com ele alinhadas em quase todos os postos-chave na área econômica, mas Vargas nomeou Ricardo Jafet para presidente do Banco do Brasil. Jafet, peça-chave no financiamento da campanha de Vargas, indicação do arquipopolista Adhemar de Barros, não tinha qualquer compromisso com o controle da inflação. (...) Durante dois anos viveu-se a contradição entre a política contracionista, patrocinada por Lafer, e a generosa política creditícia de Jafet no Banco do Brasil. (...) O resultado desta política econômica algo esquizofrênica foi, num primeiro momento, a aceleração da inflação, seguida de uma modesta reversão associada à boa safra de 1952 e da retomada da tendência ascendente a partir de 1953.

“(...) O clima de opereta, especialmente em 1955, não ajudou a tornar mais popular o ideário econômico liberal, podendo ter contribuído para prolongar a vida de políticas intervencionistas pouco eficientes. O horizonte temporal de 1954/55, superadas as tendências golpistas que assolavam muitas das viúvas políticas do brigadeiro Eduardo Gomes, era totalmente inadequado do ponto de vista da viabilidade política de um programa de estabilização cujo impacto sobre o nível de atividade tenderia a comprometer a popularidade do governo.”